



## GEOPOLÍTICA MILITAR BRASILEIRA E O TERRITÓRIO COMO SEGURANÇA

Tiago Viesba Pini Inácio<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo questiona quais razões levaram as Forças Armadas à aceitação de comporem o grupo de exercício do poder no governo de Jair Bolsonaro e quais os possíveis efeitos decorrentes deste processo de militarização do Estado. Ao buscarmos auxílio na literatura especializada, percebemos uma lacuna de pesquisa e a necessidade de aproximarmos os autores da Geografia e os Estudos de Defesa. Por esta razão, o objetivo deste artigo é averiguar a relação entre os discursos e práticas geopolíticas das Forças Armadas e a militarização do Governo de Jair Bolsonaro. Dessa forma, através da revisão bibliográfica e coleta de dados sobre a presença de militares no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021), realizamos uma análise de discursos para compreender as influências da geopolítica militar brasileira na formação de um Partido Militar. Em vista disso, as Forças Armadas, justificadas pelo mito da tutela militar e enxergando o território como segurança, buscaram assumir a administração do Estado para garantir o controle político das dinâmicas espaciais, manter o território unido e “salvar a pátria”. Assim, se o objetivo é o controle do território se faz necessária a análise dessas ações pela Geografia Política.

**Palavras-chave:** Governo Bolsonaro; Geopolítica; Território; Forças Armadas.

### RESUMEN

Este artículo cuestiona qué motivos llevaron a las Fuerzas Armadas a aceptar componer el grupo que ejerce el poder en el gobierno de Jair Bolsonaro y cuáles son los posibles efectos derivados de este proceso de militarización del Estado. Al buscar ayuda en la literatura especializada, notamos un vacío de investigación y la necesidad de acercarse a los autores de la Geografía y Estudios de Defensa. Por esta razón, el propósito de este artículo es investigar la relación entre los discursos y prácticas geopolíticas de las Fuerzas Armadas y la militarización del gobierno de Jair Bolsonaro. Así, a través de una revisión de la literatura y recolección de datos sobre la presencia de militares en el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2021), realizamos un análisis del discurso para comprender las influencias de la geopolítica militar brasileña en la formación de un Partido Militar. Ante esto, las Fuerzas Armadas, justificadas por el mito de la tutela militar y viendo el territorio como seguridad, buscaron apoderarse de la administración del Estado para asegurar el control político de la dinámica espacial, mantener unido el territorio y “salvar la patria”. Así, si el objetivo es el control del territorio, es necesario analizar estas acciones por Geografía Política.

**Palabras clave:** Gobierno Bolsonaro; Geopolítica; Territorio; Fuerzas Armadas.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, [tiagoviesba009@gmail.com](mailto:tiagoviesba009@gmail.com)



A história política e econômica brasileira foi marcada, segundo Tavares (2012), por grandes pactos federais, costurados com o intuito de garantir a posse de terras e a apropriação de seus recursos pelas elites locais. Durante o Governo de Jair Bolsonaro, tal receita não foi diferente. O presente artigo<sup>2</sup>, tem como problemática questionar quais razões levaram as Forças Armadas a aceitação de comporem o grupo de exercício do poder no governo de Jair Bolsonaro e quais os possíveis efeitos decorrentes deste processo de militarização do Estado. Ao buscarmos auxílio na bibliografia especializada (DOMINGOS NETO, 2019; SAINT-PIERRE, 2013), de forma geral, aponta-se para o dilema histórico dos militares brasileiros - ora atuando como polícia (impondo lei e ordem) e ora como militares (garantindo a defesa e soberania nacional). Somado a isto, os militares ainda compartilham da visão que a Nova República foi um acordo oferecido por eles e sancionado pelo seu poder de “tutela permanente da nação”.

Dessa maneira, apesar da literatura apresentar algumas indicações, depois de mais de trinta anos do fim do Regime Militar (1964-1985), novamente fala-se em “militarização da política” e, embora as corporações militares serem de suma importância para o ordenamento e a própria existência do Estado, no Brasil, o poder político tem revelado seu desconhecimento (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020). Ou seja, as Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército, são apontadas como instituições autônomas o bastante para imporem suas vontades, bem como acreditam deter o destino legítimo de tutela permanente do Estado, da “pátria” e do território.

Por estas razões, com o intuito de preencher determinadas lacunas de pesquisa e contribuir para o avanço dos estudos da geografia política brasileira e dos estudos de defesa, propomos um trabalho que busque compreender, em parte, a realidade atual. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é averiguar a relação entre os discursos e práticas geopolíticas das Forças Armadas e a militarização do Governo Jair Bolsonaro. Dessa forma, o rearranjo institucional do Estado, através de uma ampla reforma ministerial, e a militarização da política – processos realizados durante seu governo –, demonstram que o território nacional é percebido, como afirma Gottmann (2012), como segurança. Assim, se o objetivo é o controle das dinâmicas espaciais, se faz necessária a análise dessas ações e seus resultados pela Geografia Política.

---

<sup>2</sup> Trabalho é fruto de uma dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro. Recebe recursos da Bolsa Capes.



## METODOLOGIA

Com intuito de testar nossa hipótese e responder a problemática, segue o encaminhamento metodológico. Os sujeitos de estudo dessa pesquisa são: as Forças Armadas, compreendidas como a instituição organizada e preparada como instrumento de força do aparelho do Estado. O Exército, conhecido como força terrestre, seria o grupo mais numeroso e preparado para embates internos e externos, um centro aglutinador desse conjunto (DOMINGOS NETO, 2019). Historicamente, os militares brasileiros atuam como forças de segurança internas, na tentativa de manutenção da lei e da ordem, deixando de lado sua função primordial, qual seja, a defesa contra ameaças externas. Em si, tais forças de segurança, no Brasil, foram capazes de construir discursos próprios sobre a política num sentido amplo, da gestão do território ao desenvolvimento econômico nacional, discursos estes expressos no pensamento geopolítico militar. Portanto, tais sujeitos e sua atuação só podem ser compreendidos levando em conta suas estratégias geográficas, bem como a importância dos discursos de tutela da nação. O outro sujeito é a categoria de análise da geografia, o território. Segundo a bibliografia especializada (GOOTTMANN, 1973; CASTRO, 2009; HAESBART, 2018), este deve ser compreendido enquanto base material para o exercício das relações de poder, as quais ocorrem no/pelo território e utilizam de seus elementos – pessoas e bens – a fim de atingir um objetivo tido como estratégico.

A respeito do delineamento desta pesquisa, primeiro, realizamos uma revisão teórica e bibliográfica nas áreas da Geografia Política, Ciência Política e Segurança Internacional, sendo nosso objetivo relacionar os conceitos de poder, território, Estado Moderno, segurança e geopolítica. Dessa forma, percebemos que os conhecimentos da Geografia são instrumentos utilizados com a finalidade de garantir a apropriação dos recursos incorporados aos e pelos territórios – pessoas e bens. A segunda parte da proposição busca revisar o papel da instituição das Forças Armadas nos preocupando em compreender sua relação com o controle político do território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e gestão do território na busca permanente dos “Objetivos Nacionais”. Com base naquela discussão teórica, relacionamos os conceitos estudados com a atuação histórica das forças armadas



brasileiras. Nesse sentido, apreendemos a origem e evolução dos discursos que justificam um certo “modo de atuação” dos militares perante o poder político.

Por fim, nos resultados e discussão, investigamos as ações do governo Bolsonaro na busca de compreender a forma como os militares, orientados por seus discursos geopolíticos, se utilizam da militarização do Estado para se apropriar do território em nome da segurança da nação. Nesse sentido, como hipótese deste trabalho, buscamos averiguar que as Forças Armadas brasileiras pensam a manutenção do controle político sobre o território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e busca permanente dos “Objetivos Nacionais”.

A respeito dos procedimentos específicos, nossa pesquisa será baseada em: primeiro, pela revisão bibliográfica (artigos e livros) de caráter qualitativo dos conceitos e teorias que embasam nossa categoria de análise da realidade e como forma de aproximação inicial sobre nossos sujeitos de investigação. Logo após nosso trabalho em laboratório, passamos ao trabalho de campo o qual tem como objetivo a coleta de dados referentes à participação dos militares no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em suma, através destes procedimentos, descrevemos o processo de militarização do Estado e averiguamos a relação dos discursos e práticas geopolíticas dos militares e a tomada do Estado por parte destes atores.

A análise dos dados coletados será baseada em dois eixos: em primeiro, através das discussões teóricas, realizaremos uma análise qualitativa, ou seja, uma análise dos discursos construídos histórica e geograficamente, demonstrando como estes orientam a atuação das forças armadas no governo de Jair Bolsonaro. Em segundo, investigaremos os dados sobre a militarização do governo/Estado brasileiro entre os anos 2019-2021 que serão compreendidos através da análise dos discursos geopolíticos militares e como estes influenciam na construção dos territórios.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Iniciamos nos apropriando da afirmação de Castro (2009, p.124) de que “o controle sobre o território e seus conteúdos – pessoas e bens – é uma questão fundadora para todas as sociedades com organizações sociais e políticas complexas” e, por isso, ainda segundo a autora, na Geografia Política o poder político é sempre espacial, posto exercido nas relações sociais territorializadas. Também afirma a autora que a



espacialidade reforça as diferenças e os efeitos que o poder pode causar e que, por isso, as escalas têm papel importante na análise das relações de poder. Para esta pesquisa, a priori, nos comprometemos com temas relacionados às estratégias de dominação a partir do território controlado pelo Estado nacional que,

[...] como complexo institucional, é geralmente o responsável por delegação constitucional ou autoproclamação pela condução dos chamados problemas territoriais [...] a geografia política (ou geopolítica), enquanto uma ideologia de Estado, um determinado discurso sobre o território, pode ser produzida por múltiplos espaços de pesquisa, entre eles as academias, o meio militar ou dentro do próprio Estado (COSTA, 2016, p.17).

Dessa maneira, quando falamos dos temas ligados ao território ou sobre atores territorializados, nos referimos a processos e interesses que observam o espaço como base material que sustenta as relações de poder. Ou seja, o território é tanto um meio quanto um fim para o exercício do poder e, neste sentido, geralmente é o Estado (Moderno) o responsável pela condução dessas questões (GOTTMANN, 1973) e por esta razão, no campo da política, a passagem das sociedades feudais para as sociedades modernas, foi marcada pela construção de um modelo de centralização territorial do poder e alteração das formas de governar: a partir do surgimento da chamada razão de estado e uma ordem racional da política (FOUCAULT, 2008). No decorrer do século XVII e XVIII, percebemos a formação de uma “governamentalidade”, ou seja, “a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos esteve implicada, de modo cada vez mais marcado, no exercício do poder soberano” (FOUCAULT, 1997, p.82).

Melhor dizendo, passa-se de uma arte de governar pautada por virtudes tradicionais (como justiça, vontade divina, etc.) “a uma arte de governar cuja racionalidade tem seus princípios e seu domínio de aplicação específico no Estado” (FOUCAULT, 1997, p.83). A razão de Estado, então, refere-se à busca de “identificar o que é necessário e suficiente para que o Estado exista e se mantenha em sua integridade” (FOUCAULT, 2008, p.344). Dessa forma, é, a partir da modernidade, que as formas de vida e organização social atravessam os debates sobre poder, soberania e o papel centralizador do Estado Moderno. Nesse sentido, poder é relacional e sempre ocorre em relações de assimetria, ou seja, “a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter um efeito desejado através da prerrogativa de aplicar algum tipo de sanção” (CASTRO, 2009, p.98). Por outro lado, segundo Bobbio *et al.* (2007), poder diz respeito à ação de um indivíduo ou grupo, com



o intuito de intervir sobre a vontade do outro, ou seja, relações de poder são dotadas de uma intencionalidade de estabelecer um determinado comportamento.

Dessa forma, o poder político trata-se de uma forma elementar do seu exercício: em um sentido amplo representa tanto a possibilidade de coerção, típica do poder despótico, como a autoridade, de fundamento legal (CASTRO, 2009). Sua característica de atuação é no sentido de uma vontade dirigente, a qual exerce o poder buscando o bem comum, mas sem abrir mão do recurso da coerção para tanto. Dito de outra forma, “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e seus recursos [...] uma relação pode privilegiar um dos trunfos [...] [entretanto], de fato, eles são mobilizados simultaneamente, em diversos graus” (RAFFESTIN, 1993, p.58).

Nesse sentido, os territórios são espaços de exercício de poder, de relações de poder feitas (no/pelo) espaço, contudo, este poder tem múltiplas faces, por esta razão, “o poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu. O poder utiliza seus meios para visar os trunfos” (RAFFESTIN, 1993, p.58). Dito de outra forma, a questão fundamental não é aquela que responde a “o que é” o poder, mas a “como ele se exerce” (HAESBAERT, 2018). Portanto, nossa análise das relações de poder focará no poder jurídico-político, centrado no aparelho do Estado e no exercício da soberania, ou seja, no controle sobre seu território de jurisdição.

Por esta razão, a relevância das formas espaciais/territoriais através das quais ele é produzido, vez que, segundo Castro (2009, p.111) “no campo político, o nascimento do Estado moderno definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político”. Nesse sentido, os fundamentos do Estado seriam as “boas leis e boas armas” (DOMINGOS NETO, 2005), logo, seu surgimento, definiu o processo de “delimitação do território para o exercício do mando e da obediência, segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas, sendo possível legalmente a coerção física em caso de desobediência” (CASTRO, 2009, p.111).

A natureza da força na sua projeção interna é *protetora* do súdito e *conservadora* da ordem, e se emprega em regime de monopólio. É o que se conhece como “segurança pública”, “segurança interna” [...]. Por sua vez, com uma natureza de *letalidade defensiva*, o monopólio da força destina-se, em regime de livre concorrência [nas Relações Internacionais], a eliminar as fontes de potencial hostilidade à unidade decisória e dissuadir às intenções de hostilidade contra a ordem da unidade política [do Estado] (SAINT-PIERRE, 2013, p.34-35).



Dessa forma, quando abordamos as relações do poder político em geral falamos de processos que observam, orientados pela razão de Estado, o território como base material para o exercício do poder soberano, seja para garantir a segurança interna ou a defesa externa. O conceito de território, uma das categorias de análise do pensamento geográfico, num sentido mais amplo, significa a extensão apropriada e usada do espaço, já, num sentido menos genérico, o território é o nome político para o espaço de um país (SANTOS; SILVEIRA, 2020). O importante aqui, é discutirmos o “território usado” como sinônimo de “espaço geográfico”. Nesse sentido, o relevante para a discussão não é interpretar “o que o território é”, mas sim, “como ele foi constituído e é utilizado” (SANTOS; SILVEIRA, 2020), sendo que, “a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta” (SANTOS, 1977, p.82).

O uso do território e a construção das hierarquias, pelas formas de produção e trabalho, podem ser analisados pela implantação de infraestruturas e dinamismo da economia e sociedade. O território usado, é, pois, um dado histórico e forma social que recebe seu sentido dos processos que se expressam através dele, por isto a organização, regulação e reprodução dos territórios, não se faz sem atravessar os processos de dominação política e pelas forças do mercado (SANTOS; SILVEIRA, 2020).

Por outro lado, o território pode ser compreendido como a “porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo” (GOTTMANN, 2012, p.523). A Geografia Política apresenta a ideia deste como um espaço politicamente organizado sob a gestão de um Estado centralizador, haja vista que o “território é um conceito político e geográfico” (GOTTMANN, 2012), ele é tanto um meio - base material - como finalidade do exercício das relações do poder político, por esta razão, compreendemos que as formas espaciais são intencionalmente produzidas e usadas. Assim mesmo, segundo Bernardes (2021, p.72-73):

Atualmente é a interpretação dos efeitos da ação do Estado sobre os processos de ocupação e organização do espaço pela sociedade que qualifica o espaço político, o qual, na realidade, corresponde ao velho conceito de “território”, o trecho da superfície terrestre submetido à soberania de uma nação e que caracteriza a existência jurídica do próprio Estado, [...] uma teoria de dominação espacial do mundo.



Partindo deste debate, outro elemento apontado por Gottmann é enxergar o território de dois modos: o território como segurança ou o território como oportunidade. Nestes termos, o território como base material para exercício do poder, serve tanto com o objetivo de barrar a circulação e isolar seus componentes (garantindo a segurança) ou com objetivo de deixar circular e permitir as trocas entre pessoas e recursos (visto como oportunidade) (GOTTMANN, 1973). Assim, segundo Saint-Pierre e Vitelli (2018), um Estado possui segurança quando seus interesses que considera como essenciais, seus “valores a proteger”, estão livres de ameaças proferidas por um adversário. Ao mesmo tempo, a ameaça não tem uma existência em si “ela só se constitui e opera na percepção daquele que é ameaçado” (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p.29). Portanto, vemos os problemas de segurança, segundo Bazzicalupo (2014, p.89), através da “identificação dos sujeitos a serem protegidos e das ameaças contra as quais se deve proteger”, marcadas na prerrogativa do Estado de exercer o poder nos territórios.

Compreendemos, então, a relevância estratégica dos conhecimentos geográficos, os quais são instrumento de poder na Geopolítica, uma área de conhecimentos “[...] dominados por estratégias que raciocinam em termos de espaço físico (localização, recursos naturais) e principalmente de força militar [...]” (VESENTINI, 2011, p.9). Esta disciplina, então, diz respeito a “uma ideologia de Estado, um determinado discurso sobre o território” (COSTA, 2016, p.17), em suma, são discursos geográficos a respeito dos problemas estatais, construídos como “legitimação política” para a presumida eficiência do Estado em lidar com questões relativas a “integridade territorial” e aos superiores interesses soberanos nacionais (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018). Ao discorrer sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios, o discurso geopolítico tem um caráter utilitarista de ação política, econômica e militar, visando a apropriação e uso do território e seus conteúdos – pessoas e bens (COSTA, 2016).

Nesse sentido, quando apontamos a segurança enquanto uma relação de percepção do Estado no que tange a seus determinados valores a proteger, nos referimos a formação dessa paisagem política, ou seja, a forma como essa determinada percepção vai depender da situação geopolítica, histórica, cultural, institucional e política que este ator se encontra (SAINT-PIERRE, 2013). Segundo Bazzicalupo (2014), ao processo que Foucault entende como a governamentalidade, essa forma da sociedade moderna de organizar, disciplinar e padronizar normas e as ações dos indivíduos, possui então o objetivo de garantir a segurança estatal. Para tanto, faz-se o uso dos “aparatos de





segurança e polícia”, os dispositivos de segurança, com intuito de “classificar o indivíduo como integrável ou como indesejável à comunidade na qual convive” (BAZZICALUPO, 2014, p.84). Mas também, segundo a autora, a segurança é produzida a partir desse duplo viés: de uma imaterialidade (a produção dos discursos de segurança) e uma produção material (a partir das práticas efetivas de segurança).

Voltando a Santos e Silveira (2020), o território usado, responde a demandas do mercado ou dos sistemas políticos nos processos que localizam os pontos mais aptos a desenvolver as funções de produção. Nesse sentido, “isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstroem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação” (SANTOS; SILVEIRA, 2020, p.20). O resultado, então, é a criação de espaços de mandar e de fazer, um território usado como oportunidade ou como segurança, e os consequentes impactos ocasionados em suas dinâmicas. Em vista disso, os discursos geopolíticos produzidos em geral pelo Estado, são instrumentos para justificar as ações de segurança nos territórios, com o objetivo de manutenção da ordem e do espaço nacional – e seus recursos – unidos e disponíveis para o uso.

Com o intuito de corroborar nossa hipótese (ou não) também revisamos o papel das Forças Armadas e qual sua relação com o controle político sobre o território, uma vez que este grupo é produtor da chamada Geopolítica Militar Brasileira. Para fins de aproximação teórica, “quando me refiro ao ‘militar’ tenho em vista o conjunto heterogêneo de atores que compõem os instrumentos de força do aparelho de Estado. O Exército, sendo mais numeroso, capilar, preparado e equipado para embates internos, é o centro aglutinador deste conjunto” (DOMINGOS NETO, 2019, p.14).

Para compreendermos seu significado histórico, recorreremos aos debates sobre a Guerra, fenômeno este que faz parte do aspecto das relações de poder, ou seja, da imposição de uma vontade sobre uma parte mais fraca. Este processo, através do uso intencional da violência, encontra, na razão de Estado, uma racionalidade específica nos meios para se atingir um fim, qual seja, disciplinar um comportamento através da legislação e sanções (DOMINGOS NETO, 2019). O fenômeno da Guerra entre os Estados-Nação, foi um importante instrumento para garantir as posses territoriais do Estado moderno, baseado no controle, disciplina e coesão interna da população, bem como garantia do alcance jurídico das normas pelo monopólio da violência. O Estado-nação “pode ser definido como unidade política soberana e sobreposta a uma



comunidade de sentimentos, estabelecida num território reconhecido” (DOMINGOS NETO, 2019, p.39). Nesse sentido, segundo Domingos Neto (2005, p.43-44):

O surgimento da nação está sempre associado a derramamento de sangue, tanto o dos que formam a comunidade como o de seus vizinhos. A força militar é indispensável à emergência e à afirmação desta entidade que estrutura e promove a civilização. Se a territorialidade, a soberania e a legitimidade do Estado nacional não resultam apenas da força das armas, sem estas a entidade política moderna não teria vez.

Dessa maneira, “o Estado-nação e o exército de massa surgem simultaneamente, símbolos gêmeos da cidadania com as comunidades políticas delimitadas territorialmente [...] [sem o recrutamento em massa de soldados], a classe dominante não teria ‘meios para exercitar seu poder’” (DOMINGOS NETO, 2005, p.46). Observamos aqui, o instrumento da formação e reprodução do sentimento nacional, enquanto legitimador do poder político e coesão social, bem como a importância da guerra e da ameaça externa como discursos de segurança que justificam a formação dos exércitos nacionais (CASTRO, 2009). Assim, encontramos uma relação na formação de grandes contingentes reservistas – dos exércitos nacionais – e a consolidação do Estado moderno que impõe a centralização do poder político e a gestão dos seus valores a proteger, o território e seus recursos - população e bens -, os quais são “a divisão tripartida em uso na geografia política”, ou seja, os temas principais do poder.

O militar, que exerceu papel indiscutível no “processo civilizador”, persiste como figura de primeiro plano na sociedade moderna, contudo, chama-se atenção quando pensamos sua atuação em países colonizados, como o Brasil, pois “a força armada dava a última palavra nas disputas por territórios coloniais e pela conquista de mercados de países não industrializados” (DOMINGOS NETO, 2019 p.18). Nestes casos, as corporações modernas reproduzem uma ideologia de tutela, uma vez que “a modernidade militar em países com limitada capacidade científica, tecnológica e industrial estabelece uma contradição entre as corporações armadas e a sociedade: a sociedade persiste ‘atrasada’ enquanto a corporação se torna uma narcísica referência de padrão avançado” (DOMINGOS NETO, 2019, p.20). Assim, segundo Penido, Rodrigues e Mathias (2020, s/p) “[...] os militares se consideram melhores preparados para pensar estrategicamente que os demais grupos, e por isso capazes de tutelar as decisões. Nesse sentido, as Forças Armadas não são um poder moderador, muito menos neutro, para casos de crise”. Nas palavras de Domingos Neto (2019, p.20-21):



O contraste entre a modernidade militar e a sociedade “arcaica” é fonte permanente de instabilidade política. Corporações modernizadas atuam como protagonistas da dinâmica política de seus países recorrendo ao uso da força contra a cidadania, prejudicando a consolidação da cultura democrática, transtornando o amadurecimento institucional, negando a soberania popular e prejudicando a construção de um sistema de defesa nacional autônomo.

A modernidade militar em ex-colônias, dependentes da importação de armamento de estrangeiros, tem alimentado dilemas identitários nas corporações. Em nome do patriotismo, expressões como “‘projeto nacional’, ‘projeto de nação’, ‘vontade nacional’, ‘honra nacional’, ‘objetivos nacionais’, ‘causa patriótica’, ‘honra nacional’, ‘questão nacional’ e ‘projeto de país’ causam bom efeito, impõem respeitabilidade, emocionam, mas não se explicam por si” (DOMINGOS NETO, 2019, p.26).

O patriotismo castrense é fundado na percepção que o militar constrói de si mesmo, da sociedade, do Estado e do potencial inimigo; atende, antes de tudo, ao interesse de legitimação corporativa. É baseado em leitura histórica própria, enaltecida dos feitos de organizações militares que precisam impor respeito à sociedade que lhes sustentam. Pressupõe unidade fictícia ou, o que dá no mesmo, forçada, do corpo social, negando discriminações, exclusões e segregações explosivas. A narrativa castrense exige a depreciação do “inimigo” como condição básica para a glorificação corporativa. Esse “inimigo” não é necessariamente e nem sempre o estrangeiro. Mas é forçosamente o nativo indócil ou o nacional descontente, que perde a condição de grego [nacional] (DOMINGOS NETO, 2019, p.31).

No Brasil, em razão de suas dimensões continentais, a conquista e a manutenção da terra exigiram o uso da força, em destaque, para a manutenção do “[...] caráter contínuo da conquista colonial e da predação e exploração [...], as Forças Armadas brasileiras não se apresentam como forças defensivas perante ameaças externas, mas como forças repressivas de última instância, como último recurso da ordem, com ou sem lei” (MARTINS FILHO, 2021, p.149). Por esta razão, “a ideologia da Ordem e da Segurança Nacional, justificada pela necessidade de preservar a ‘integridade’ do nosso imenso território, permeia o caráter autoritário que caracteriza os nossos sucessivos regimes de governo”, assim mesmo, “este forte autoritarismo ligado à terra e ao dinheiro serviu sempre de embasamento para aniquilar as lutas populares e das classes médias radicalizadas” (TAVARES, 2012, p.454). Nesse sentido, se a política é estritamente impositiva e emana exclusivamente do Estado, pois se trata de subjugar e predação os povos que habitam o território, esse poder militar, por acreditar ser o fundador da nação e da República, em nome do patriotismo, sempre volta a seu caráter violento e autoritário, intervindo na história política brasileira em momentos de tensão social.



Durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985), as FFAA tomam o poder, não de forma temporária ou cirúrgica, pois o “Golpe de 1964 foi uma intervenção direta, continuada, onde os militares assumiram o protagonismo político e a responsabilidade integral por uma vasta obra de legislação, arranjo político e reforma econômica, além de remodelagem institucional” (MARTINS FILHO, 2021 p.42). A partir deste episódio, a influência do pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG) “[...] certamente adquiriu importância, porque muitos dos seus ex-estagiários assumiram cargos importantes na administração nacional e puderam, através do regime autoritário, colocar em prática muitos dos seus conhecimentos” (MIYAMOTO, 1981, p.85-86). Dessa forma, na ESG, os militares brasileiros vão produzir uma versão latino-americana da Doutrina de Segurança Nacional<sup>3</sup>, extrapolando a temática da defesa e incluindo reflexões sobre os problemas políticos e econômicos, em especial, através do seu pensamento geopolítico (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018). No Brasil, “os estudos que abordam explicitamente o amplo campo de relações entre a política e o território”, restringiram-se ao campo da “geopolítica, isto é, a manipulação de alguns conhecimentos ditos ‘geográficos’ para a formulação de esquemas que interessem às políticas de poder” (COSTA, 2016, p.179).

Estes estudos geopolíticos ficaram sob a hegemonia de produção da elite militar conservadora e suas instituições, por isso se fala de uma geopolítica militar. Tal pensamento geográfico criou justificativas “científicas” a respeito dos “problemas nacionais”, ou seja, um pensamento estratégico nacional (voltado ao plano interno e à sua projeção externa) e base para reflexões sobre o desenvolvimento nacional (COSTA, 2016). Nesse sentido, investigamos a forma como os militares brasileiros enxergavam o território nacional, segundo Costa (2016), como esse amplo espaço vazio e mal integrado pela falta de comunicação e transporte, logo, para garantir a execução das

---

<sup>3</sup> O uso do prisma da segurança para observar os problemas do desenvolvimento na América Latina, não é novidade, uma vez que este foi introduzido como ótica específica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), criada pelas instituições militares norte-americanas para garantir a manutenção seus objetivos hegemônicos na região, através da política de contenção ao comunismo (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018). Esta doutrina tinha “finalidade de realização de um governo com direção ou ampla participação militar, no qual as preocupações de segurança, entendidas na época como a luta total e permanente em todos os âmbitos da sociedade contra o inimigo marxista [subversivo], foram um fator determinante, constituindo, no caso brasileiro, a superação do subdesenvolvimento econômico e tecnológico, uma questão significativa [...] deixando em definitivo, os amplos aspectos abarcados pela segurança nacional compreendidos dentro da competência relativa à defesa nacional, própria das Forças Armadas” (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018, p.293-294). Sendo que, o ponto chave que chama a atenção dos norte-americanos foi a Revolução Cubana de 1959, uma vez que, ela confirmou a tese de que sem o desenvolvimento econômico, as condições de segurança do hemisfério seriam precárias, pois as zonas de pobreza e de miséria criavam, na América Latina, um campo fértil para as ideias comunistas (NAPOLITANO, 2018).



“aspirações nacionais”, os militares percebem a necessidade de um Estado centralizador e que concretize os “Objetivos Permanentes” da nação. Entre os assuntos debatidos, o chamado problema da “coesão interna”, merece destaque, pois, para esses autores nossa grande “extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada à ocupação e povoamento adequados, ao mesmo tempo que o poder central, bem localizado, possa estabelecer relações de coesão eficazes, no todo territorial” (COSTA, 2016, p.190). O pensamento conservador brasileiro, nesse sentido, sempre volta “a expressar um conceito de nação articulado ao de território, de tal maneira que, frequentemente, a ideia de unidade nacional confunde-se com integridade territorial” (COSTA, 2016, p.185), por esta razão, essas ideias geomilitares, foram obcecadas com a necessidade de garantir o imenso território unido e disponível para uso.

“Assim como na década de 1930 Góes Monteiro dominou o pensamento sobre o papel político dos militares, da década de 1950 em diante o general Golbery do Couto e Silva e, após ele, a ESG ocuparam a área dos estudos de geopolítica” (CARVALHO, 2006, p.144). Estes discursos geopolíticos foram instrumento simultâneo político, militar e especificamente territorial, em suma, defendendo um Estado central e forte como realizador das aspirações nacionais, enquanto interventor na economia e na política (MIYAMOTO, 1981). Na prática, orientados pelo binômio da ESG (Segurança e Desenvolvimento), os militares construíram um regime tutelado o qual teria a função de gerir o território como meio de garantir integração nacional e o desenvolvimento (COSTA, 2016). Segundo Napolitano (2018, p.156):

Militarização [...], deve ser entendido como tutela militar – dentro de alguns princípios definidos pela DSN – do sistema político, controle repressivo do corpo social (em diversos graus e tipos), ocupação dos cargos de ‘poder formal’ (a começar pela Presidência da República) e capacidade de indução e enquadramento dos mecanismos de ‘poder real’, o que inclui a burocracia civil de Estado. A ausência de uma ideologia rígida no interior da DSN ou das próprias Forças Armadas brasileiras deu ainda mais capacidade ao regime para incorporar setores civis, dialogar com as elites empresariais e lidar com as contradições que a política enseja cotidianamente.

Dessa forma, esses discursos geopolíticos orientavam a concretização dos “Objetivos Nacionais” pela articulação da política e da geografia, através da militarização do Estado e a gestão do território e seus recursos – pessoas e bens – na busca da unidade e integração do território (COSTA, 2016). Em si, esse pensamento conservador, pode ser resumido pelo binômio da ESG, “Segurança &



Desenvolvimento”, ainda presente nas doutrinas militares atuais (SAINT-PIERRE; VITELLI, 2018). Segundo Martins Filho (2021, p.49-50), “tudo nesse ‘credo’ – um corpus doutrinário integral, que [...] até os nossos dias, povoa as mentalidades dos clubes militares e forma os novos militares”, essas ideias “emergem, como parte de uma política de legitimação da tutela, ao buscar, em interpretações tortuosas, formas de prover as FFAA de uma legalidade tutorial sobre a República”.

Os militares, baseados nos discursos da DSN e na busca de combater o inimigo interno e subversivo, vão promover uma verdadeira militarização do Estado, reproduzindo, a partir da gestão do território, a gênese da exploração colonial, através de medidas autoritárias em nome da defesa dos “Objetivos Nacionais”. Com o fim do Regime Militar e o processo de redemocratização do país, destacamos que “a transição brasileira foi longa, tutelada pelos militares, com grande controle sobre o sistema político” (NAPOLITANO, 2018, p.323). Inclusive, pois, durante o Regime Militar, observamos a construção de uma ideologia hegemônica, a figura de um “núcleo duro” dos militares que possuía a “Intenção” de voltar ao poder e permanecer com um projeto de longo prazo. Em resumo, o caráter institucionalizado por leis e garantias aos militares, exprime-se “pela forma como ocorrera a redemocratização, as corporações sentiam o novo regime como concessão de sua parte” (MARTINS FILHO, 2021, p.24).

Com essa nova tentativa de consolidar uma República, uma das questões era estabelecer o controle civil sobre os militares. Nesse sentido, o controle civil teria como objetivo barrar possíveis intervenções dos militares no exercício democrático, ainda que historicamente os militares brasileiros têm interferido na vida política do país e, mesmo após seu governo autoritário, compartilham do sentimento de donos absolutos do patriotismo e credores da gratidão da pátria (CARVALHO, 2006). Contudo, a atuação, então, para manter sua autonomia em relação ao poder dos civis, foi consagrada na Constituição de 1988, aliada a persistência das velhas estruturas de poder e justificados por suas concepções históricas (MARTINS FILHO, 2021).

Por esta razão, chegamos aos anos 2010 com a uma manutenção do chamado dilema das FFAA: “os militares brasileiros mantiveram seu gosto pela imposição da lei e da ordem, revelado desde o regime escravocrata. Mas não abdicariam da estética de defensores da nacionalidade contra o estrangeiro. As Forças persistiriam em seu dilema originário: seriam policiais e militares” (MARTINS FILHO, 2021, p.21). Nesse sentido, “com tantas missões, as Forças dispõem de farto material de propaganda mostrando o



quanto eram necessárias ao país. Assim ocupadas, não poderiam preparar-se para enfrentar ameaças externas”, como consequência, “os governos eleitos não tinham noção de que estavam contribuindo para degradar a condição do militar, expor o país e alimentar incongruências perigosas” (MARTINS FILHO, 2021, p.25-26).

Numa sociedade marcada por crises da economia, política e segurança pública, aliada às denúncias legítimas da Comissão da Verdade e a perda do status ministerial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no segundo semestre de 2015, levam a renovação do “mito da tutela militar” e da ameaça comunista (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020). Nesse sentido, os discursos da necessidade de proteção da segurança nacional, da ameaça comunista vinda do Partido dos Trabalhadores e da corrupção generalizada são empregados como justificativa para a necessidade do salvacionismo dos militares, concretizado no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro. Sendo importante ressaltar que as missões dadas aos militares durante os Governos civis retroalimentam o antigo dilema identitário das FFAA: uma vez que se perceberem como força tutelar, deveriam voltar a atuar na política para manter a lei e a ordem e “salvar o país”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De forma geral, os autores afirmam que, a partir da Eleições de 2018 e o início do governo de Jair Bolsonaro, observa-se a continuidade do projeto de militarização do Regime Militar e a renovação do mito de tutela da nação (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020). Os militares brasileiros, em especial do Exército, passaram a exercer “tarefas políticas e administrativas na estrutura organizacional da máquina pública em cargos de comissão. São oficiais-generais, superiores, subalternos e praças, na ativa e na reserva, que ajudam o capitão a governar como se fosse, de fato, um ‘governo militar’” (MARTINS FILHO, 2021, p.126-127). Nesse sentido, a partir de 2018, não somente um grande número de militares foram eleitos para cargos políticos, como também, passaram a ocupar o governo Executivo, a convite do então Presidente Jair Bolsonaro, através da construção de um clima de guerra e luta política na busca de “uma refundação do Estado de modo que eles possam operar numa posição de ‘administradores do sistema’” (MARTINS FILHO, 2021, p.124). Segundo Codato (2005, p.7), militarização significa:

[...] por militarização, entenda-se três coisas. Em primeiro lugar, a participação direta ou a ocupação de cargos pelos militares na administração pública “civil” (ou em postos tradicionalmente reservados a civis); a



abordagem aqui é meramente quantitativa, mas importante como instrumento de medida. Em seguida, a influência das doutrinas militares nas decisões de governo (o impacto, por exemplo, da Doutrina de Segurança Nacional na formulação de políticas públicas). Por fim, militarização designa a transferência de normas e valores das Forças Armadas para o sistema decisório e para o sistema político como um todo; a avaliação dos efeitos objetivos do ethos militar sobre o ethos burocrático só se consegue através de um estudo qualitativo do comportamento da administração civil.

Além da abordagem quantitativa, deve-se perceber as influências das doutrinas militares nas decisões do governo Bolsonaro, isso pois, grande parte dos atuais ministros militares estudaram e se formaram nas instituições das Forças Armadas nos anos de 1970. Dessa maneira, o alto escalão do governo, secretarias dos ministérios e outros órgãos – antes ocupados por civis - passaram a ser ocupados e comandados por um número crescente de militares ativos e da reserva. Segundo dados do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2021), os militares controlam Ministérios do Alto-Escalão, além de várias áreas estratégicas do serviço público federal e de estatais, se tratando de um verdadeiro “processo de militarização no Governo Bolsonaro”. Além disso, segundo a entidade (ANDES-SN, 2021, p.11):

[...] os militares atuam em cargos comissionados na Presidência da República (PR), na Vice-presidência da República (VPR) e no Ministério da Defesa (MD). Atuam também por contratos temporários em áreas diversas do Governo Federal, como o INSS, os conselhos de administração de estatais, como professores e profissionais da saúde. Mais de 92% desses militares estão em cargos abertos no Governo Bolsonaro, especialmente, no Poder Executivo e, em sua maioria, pertencem ao Exército Brasileiro.

Sendo que, “em 7 de Agosto de 2020 [...] o Brasil tinha 9 ministros que são ou foram oficiais de carreira das Forças Armadas, correspondendo a 39,1% do gabinete presidencia” (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020, p.2,23). Além disso, podemos afirmar que hoje, o Palácio do Planalto, está militarizado com todos os assessores diretos do presidente provindos de quartéis, uma vez que “[...] nove ministros militares de um total de 22 [40,9%] e proporcionalmente com maior presença castrense que durante o período autoritário (1964-1985), além de também ocuparem quase 3.000 cargos nos diferentes escalões do Governo Federal”<sup>4</sup> (MARTINS FILHO, 2021, p.217). Também chama a atenção, o papel desempenhado pelo presidente na reaproximação dos militares da política, bem como “[...] à associação de suas imagens pessoais aos valores éticos, aos

---

<sup>4</sup> Cargos estratégicos ocupados por militares da ativa e da reserva: Presidência e Vice-Presidência da República, Ministro da Defesa, chefe do GSI, Ministro de Minas e Energia, da Infraestrutura, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Governo, Presidente da Petrôbrás e Itaipú, etc. (ANDES-SN, 2021).





princípios institucionais e ao elevado conceito das FFAA. A indevida associação explica a dinâmica do processo eleitoral e torna possível entender a lógica que comanda o governo” (MARTINS FILHO, 2021, p.127). Em suma, durante o governo de Jair Bolsonaro, os militares voltam a possuir controle sobre a formulação da política de defesa, mas também, sobre as políticas nacionais de forma geral.

Nesse sentido, as FFAA não aderiram ao projeto democrático e permanecem a enxergar a relação entre Política e Guerra da forma que “a ideia passa a ser predominantemente atuar sobre a ‘vontade do inimigo’, dissuadindo-o de lutar até a rendição. O aparato militar, agora, age em conjunto com, ou mesmo em função de uma ‘ofensiva cognitiva’ sobre o inimigo” (MARTINS FILHO, 2021, p.155). Uma vez que se trata de impor sua vontade sobre o outro, num sentido estrito da razão de Estado, os militares buscam garantir os valores essenciais do Estado a partir de um projeto autoritário e acreditado como salvador da pátria. Nesse sentido, mesmo antes da posse, observamos a formação e consolidação de um verdadeiro “partido militar”:

O “partido militar” que baliza o fenômeno da politização dos militares apresenta praticamente os mesmos elementos de um partido político tradicional: memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” – formação de lideranças; e base eleitoral e militante (MARTINS FILHO, 2021, p.127-128).

Retomando aspectos já apresentados como a ideologia dos salvadores da pátria, o senso de tutela da nação contra os inimigos internos e externos, a base ideológica do anticomunismo, a tomada do poder como expressão da democracia, a defesa de pautas coletivas como partido, etc. Estes, são alguns dos elementos que apontam para a formação do partido militar, que, nesse momento, busca ocupar os espaços administrativos do Estado e garantir, a execução dos “Objetivos Nacionais”. As FFAA, dessa maneira, ao enxergarem o território como segurança, instrumentalizam discursos geopolíticos, da ameaça do comunismo e da corrupção, buscando justificar sua tentativa de realizar uma missão civilizatória no território através do seu controle político.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os debates aqui apresentados, bem como a problemática proposta de compreender as razões que levaram as Forças Armadas a aceitação de



compõem o grupo de exercício do poder no governo de Jair Bolsonaro e quais os possíveis efeitos decorrentes deste processo de militarização do Estado, podemos, então, apresentar nossas principais conclusões. Como fundamento, nosso objetivo foi averiguar a relação entre os discursos e práticas geopolíticas das Forças Armadas e a militarização do Governo Jair Bolsonaro. Por esta razão, debatemos a importância estratégica dos conhecimentos geográficos para compreendermos as formas espaciais, ou seja, como o território é construído de forma intencional, através dos processos políticos e das forças do mercado. Nesse sentido, destacamos como o Estado Moderno, ao centralizar o poder político e sua aplicação, busca exercer o poder se apropriando dos seus recursos - pessoas e bens. Assim, o território usado, ora voltado para a oportunidade ora para a segurança, é tanto um meio quanto um fim para o exercício do poder e, geralmente, o Estado moderno é responsável pela condução dessas questões.

Depois, percebemos que a geopolítica militar, construída enquanto um discurso geográfico sobre o território, é obcecada com a unidade interna e integração nacional. Orientados pelo binômio Segurança e Desenvolvimento, os militares, ao assumirem o poder durante o Regime Militar, construíram um Estado central e forte com o objetivo de manter o imenso território brasileiro unido e disponível para uso. Assim, como parte de nossa hipótese, percebemos que aquele processo de militarização foi decorrente das bases ideológicas da DSN e do pensamento geopolítico militar, uma vez que estes orientam a forma como os militares enxergam o controle político sobre o território enquanto fator fundamental. Portanto, as Forças Armadas brasileiras pensam a manutenção do controle político sobre o território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e busca permanente dos “Objetivos Nacionais”. Por fim, alguns encaminhamentos para esta área de pesquisa é dar continuidade a aproximação entre os Estudos de Defesa e a Geografia Política, investigando quais os projetos territoriais em execução no Brasil e como o território usado, ora como oportunidade ora como segurança, pode auxiliar metodologicamente nesse processo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, O.; ACÁCIO, I. De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. **Journal of Democracy em Português**, V. 9, N 2, São Paulo, P. 1-29, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/345035431\\_De\\_Volta\\_ao\\_Centro\\_da\\_Arena](https://www.researchgate.net/publication/345035431_De_Volta_ao_Centro_da_Arena)



<\_Causas\_e\_Consequencias\_do\_Papel\_Politico\_dos\_Militares\_sob\_Bolsonaro>. Acesso em: 29 out. 2021.

BAZZICALUPO, L. Produção de segurança e incerteza dos critérios. In: AVELINO, N.; VACCARO, S. (orgs.). **Governamentalidade/Segurança**. São Paulo: Intermeios, 2014.

BERNARDES, N. **Iniciação à Geografia**. Edição Póstuma. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**: V.1. 11 ed. Brasília: Editora UnB, 2007.

CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: território, escola de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2016.

CODATO, Adriano Nervo. **Processo decisório de política econômica da ditadura militar brasileira e o papel das forças armadas**. Paper apresentado na Conferência no Laboratório de Estudos sobre Militares e Política, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/O\\_processo\\_decisorio\\_de\\_politica\\_economica.pdf](https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/O_processo_decisorio_de_politica_economica.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2021.

DOMINGOS NETO, M. O militar e a civilização. **Tensões Mundiais**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, V.1, N.1, P.37-70, 2005. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/757/668>>. Acesso em: 29 out. 2021.

DOMINGOS NETO, M. Sobre o Patriotismo Castrense. **Perseu**: História, Memória e Política, São Paulo, N.18, P.13-35, 2019. Disponível em: <<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314/256>>. Acesso em: 29 out. 2021.

FOUCAULT, M. Segurança, Território e População. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. DAHER, A. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, V.2, N.3, 2012. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>>. Acesso em: 29 out. 2021.



GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville, Va.: University Press of Virginia, 1973.

HAESBART, R. **Viver no limite: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MARTINS FILHO, J. R. (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas** – Unesp, São Paulo, V.4, P. 75-92, 1981. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1713/1394>>. Acesso em: 29 out. 2021.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

PENIDO, A.; RODRIGUES, J. M.; MATHIAS, S. K. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. **The Tricontinental**, São Paulo, 14 abr. 2020. Brasil, Observatório de Defesa e Soberania do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 29 out. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAINT-PIERRE, H. L. "**Defesa**" ou "**segurança**"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (orgs.) Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações. São Paulo: Unesp, 2013.

SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI, M. G. (orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método**. Boletim Paulista De Geografia, São Paulo, N.54, P. 81-100, 1977.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 20 ed. São Paulo: Editora Record, 2020.

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. **Dossiê: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/abril2021/DossieMilitarizacao.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2021.

TAVARES, M. C. Império, Território e Dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VESENTINI, J. W. **Novas Geopolíticas**. 5 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.